

PARECER Nº 42 , DE 2020

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 1.886, de 2020, do Senador Jorginho Mello, que *institui o Certificado de Recebíveis Educacionais (CRE) - Emergencial - em decorrência do estado de calamidade pública pela pandemia de COVID-19.*

Relator: Senador **DÁRIO BERGER**

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 1.886, de 2020, do Senador Jorginho Mello, que *institui o Certificado de Recebíveis Educacionais (CRE) - Emergencial – em decorrência do estado de calamidade pública pela pandemia de COVID-19.*

A proposição tem por objeto a securitização de créditos de instituições de ensino e garantia das operações por parte da União.

Securitização consiste em “empacotar” vários créditos, por parte de uma companhia securitizadora, recebidos em cessão de direitos, bem como a emissão e distribuição de títulos lastreados nesse conjunto de créditos no mercado.

Trata-se de modelo adotado e previsto em leis próprias no âmbito da construção civil e do agronegócio.

No caso em tela, uma instituição de ensino poderá ceder seus créditos a uma companhia securitizadora, que emitirá o Termo de Securitização de Direitos Creditórios e os Certificados de Recebíveis Educacionais (CRE) dele decorrentes.

Vejamos o conteúdo da proposição.



SF/20442.85843-80

Os arts. 1º a 3º estabelecem o que é o Certificado de Recebíveis Educacionais (CRE), quais são suas características, os seus requisitos e os elementos que deve conter.

Assim, o CRE é um título de crédito nominativo, lastreado em créditos educacionais, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras de direitos creditórios educacionais.

Deve adotar forma escritural, conter o valor nominal, datas de vencimento, taxa de juros, identificar o Termo de Securitização de Direitos Creditórios que lhe tenha dado origem, dentre outros requisitos.

Os arts. 4º e 5º dispõem que as companhias securitizadoras de direitos creditórios educacionais são instituições não financeiras constituídas sob a forma de sociedade por ações com finalidade, justamente, de aquisição e securitização dos referidos direitos de crédito.

Essa companhia irá emitir e vender no mercado os CREs, podendo instituir regime fiduciário sobre direitos creditórios oriundos da prestação de serviços de ensino superior.

O art. 6º trata do Termo de Securitização de Direitos Creditórios, que deve conter a identificação do devedor (que normalmente será a instituição de ensino), o valor nominal e o vencimento de cada direito creditório a ele vinculado (normalmente, os vários débitos dos vários alunos), a identificação dos títulos emitidos (no caso, cada CRE) e, eventualmente, indicação de outras garantias a lastrear os títulos.

Os arts. 7º a 10 permitem a cessão fiduciária em garantia de direitos creditórios educacionais, em favor dos adquirentes do CRE, nos termos do disposto nos arts. 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.

Essa Lei, que instituiu no Brasil a alienação fiduciária de bens imóveis, versa sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) e dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

O CRE poderá conter cláusula expressa de variação do seu valor nominal (correção monetária, incidência de taxas de juros, reajustes ou uma combinação de vários fatores que importem variação do valor nominal do título), desde que seja a mesma dos direitos creditórios a eles vinculados.



Caso exista distribuição pública dos CREs, incluindo negociação em Bolsas ou em mercados de balcão, deve existir o necessário registro e autorização pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Há duas regras de direito cambial modificadas: os endossos devem ser completos e é dispensado o protesto.

O projeto prevê, no art. 11, garantia da União para as operações decorrentes da Lei, caso aprovada.

O art. 12 estabelece competência para Conselho Monetário Nacional regulamentar as disposições referentes ao CRE.

O art. 13 é a cláusula de vigência, imediata.

Na Justificação, o autor aponta que, a despeito da importância do setor educacional, há um subfinanciamento histórico e, mesmo “ações pontuais como o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) têm curva de crescimento muito curta e logo se torna escassa”.

Afirma, ainda, que o setor educacional depende do giro da economia e foi de sobremaneira afetado pela crise decorrente do novo Coronavírus.

Conclui que a solução é a utilização do mercado de emissão e distribuição de títulos para o autofinanciamento, mas entende que deva existir garantia da União para as operações propostas.

Lembra que a securitização de créditos já existe no âmbito do agronegócio.

Foram apresentadas 27 emendas.

Destaco, de antemão, que todas as emendas apresentadas são meritórias, absolutamente pertinentes e serão descritas na Análise do presente relatório.

Foram apresentadas:

A Emenda nº 1, da Senadora Rose de Freitas;



A Emenda nº 2, do Senador Jader Barbalho;

A Emenda nº 3, também do Senador Jader Barbalho;

A Emenda nº 4, do Senador Jorge Kajuru;

A Emenda nº 5, também do Senador Jorge Kajuru;

A Emenda nº 6, do Senador Acir Gurgacz;

A Emenda nº 7, também do Senador Acir Gurgacz;

A Emenda nº 8, do Senador Izalci Lucas;

A Emenda nº 9, do Senador Rogério Carvalho;

A Emenda nº 10, do Senador Paulo Paim;

A Emenda nº 11, do Senador Major Olímpio;

A Emenda nº 12, do Senador Confúcio Moura;

A Emenda nº 13, do Senador Wellington Fagundes;

A Emenda nº 14, também do Senador Wellington Fagundes;

As Emendas nº 15, 16, 17 e 18, do Senador Rogério Carvalho;

As Emendas nº 19, 20, 21, 22, 23 e 24, do Senador Jacques
Wagner;

A Emenda nº 25, do Senador Fernando Bezerra Coelho;

A Emenda nº 26, do Senador Lasier Martins; e

A Emenda nº 27, do Senador José Serra.



II – ANÁLISE

O projeto de lei é constitucional, não contém vício de juridicidade, podendo ser aprimorado com as emendas a ele apresentadas.

É indiscutível que o atual momento exige medidas enérgicas.

A pandemia afetou a economia mundial.

O Brasil, que já se encontrava em situação delicada, está sofrendo de maneira intensa.

Sabemos que o crédito oferecido por instituições financeiras nem sempre está acessível, assim como as taxas de juros exigidas tornam muitas operações inviáveis.

Assim, a securitização ora proposta é uma excelente medida para mobilizar o crédito, elemento essencial no desenvolvimento econômico.

Vamos, então, analisar cada uma das emendas.

A Emenda nº 1, da Senadora Rose de Freitas, é absolutamente pertinente ao propor que as instituições de ensino em todos os níveis sejam contempladas pela proposição.

Por compreender que se trata de uma extensão de direito, aumentando ainda mais os beneficiários, acolho a emenda.

As Emendas nº 2 e 3, do Senador Jader Barbalho, objetivam tornar os títulos decorrentes da securitização (os Certificados de Recebíveis Educacionais - CREs) mais atraentes para os investidores mediante benefícios fiscais.

É importante mencionar que estes benefícios já existem para Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Debêntures de Infraestrutura.

Além disso, durante a presente pandemia, não é necessário que eventual proposição para concessão de benefício fiscal contenha estimativa de impacto orçamentário-financeiro, conste de leis orçamentárias ou preveja



fonte de recursos para seu fim, conforme a Emenda Constitucional nº 106/2020 – Orçamento de Guerra

Somos, portanto, plenamente de acordo com o conteúdo dessas emendas, e as acolho no relatório.

A Emenda nº 4, do Senador Jorge Kajuru, complementa e está em sintonia com a Emenda nº 1 da Senadora Rose de Freitas, motivo pelo qual deve ser acolhida pelas mesmas razões.

A Emenda nº 5, do Senador Jorge Kajuru, objetiva suprimir a obrigatoriedade de concessão de carência referente aos pagamentos de mensalidade dos alunos cujos débitos referentes aos créditos respectivos sejam objeto da securitização proposta.

A medida é pertinente, entretanto, julgo de extrema importância manter o prazo de carência, tendo em vista que as dificuldades financeiras dos estudantes e pais responsáveis são latentes, durante este período de pandemia.

Ressalto inclusive que o Senado Federal aprovou, no dia 12 de maio de 2020, a suspensão das obrigações dos estudantes com o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), justamente por compreender as dificuldades de pagamento.

Desta forma, apesar de oportuna, louvável e extremamente válida, optamos por não acolher a Emenda.

A Emenda nº 6, do Senador Acir Gurgacz, propõe que o valor dos recebíveis possa ser antecipado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, instituído pela Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020.

Por tratar-se de um banco estatal, consultei a Liderança do Governo para formar opinião e não foi apontado nenhum óbice por parte da Liderança.

Desta forma, por achar extremamente pertinente e benéfica, acolho a emenda.



A Emenda nº 7, do Senador Acir Gurgacz, objetiva conciliar o disposto na legislação vigente, incluindo o Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 5/2020, permitindo que as instituições de ensino superior possam assegurar o cumprimento da carga horária exigida pela legislação educacional por meio de atividades não-presenciais e por teletrabalho, sem prejuízo da participação dessas instituições no Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Por essa razão, entendemos que a emenda deve ser acolhida.

A Emenda nº 8, do Senador Izalci Lucas, complementa e está em sintonia com a Emenda nº 1 da Senadora Rose de Freitas, e com a Emenda nº 5, do Senador Jorge Kajuru, no sentido de ampliar as instituições de educação beneficiárias da proposta, motivo pela qual deve ser acolhida pelas mesmas razões.

A Emenda nº 9, do Senador Rogério Carvalho, propõe obrigar as instituições de ensino a reduzir o valor das mensalidades em, no mínimo, 30% (trinta por cento), enquanto estiver vigente a suspensão de funcionamento de suas atividades em razão da emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Quero destacar, inicialmente, que essa Emenda é extremamente relevante e meritória, especialmente no duro momento que estamos vivendo.

Entretanto, é público e notório que muitas instituições não tinham um Sistema de Educação à Distância de larga escala e precisaram, durante a pandemia, fazer investimentos na área.

Apesar da diminuição nos custos com energia elétrica, água e telefone, as instituições mantiveram seus professores e ainda investiram na Educação à Distância.

Acreditamos que com a nova realidade de crise econômica, as instituições privadas de educação se verão obrigadas a renegociar seus contratos, analisando caso a caso as necessidades dos estudantes e seus responsáveis.

Por fim, tenho a convicção que o tema deve ser debatido em matéria específica e com a atenção devida, inclusive por meio do Projeto de Lei 1163/2020, de iniciativa do próprio Senador Rogério Carvalho.



Desta forma, portanto, não nos é possível acolher essa emenda, apesar de ser uma medida louvável e meritória.

A Emenda nº 10, do Senador Paulo Paim, institui o Financiamento Emergencial para Custeio Educacional (FIES-CE), voltado para o aluno regularmente matriculado em instituições privadas de ensino superior honrar com suas mensalidades, no valor mensal de até mil reais mensais, a partir de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A medida é extremamente pertinente, meritória e visa beneficiar estudantes de baixa renda.

Entretanto, vale destacar que os estudantes com renda familiar até um salário mínimo e meio já são contemplados nas modalidades do atual FIES e que já possui dotação orçamentária para o ano de 2020.

Além disso, acredito que essa Emenda deva ser apreciada em um Projeto de Lei específico, e, por isso, não nos foi possível acolher essa emenda.

A Emenda nº 11, do Senador Major Olímpio e a Emenda nº 12, do Senador Confúcio Moura, estão contempladas pela Emenda nº 1, da Senadora Rose de Freitas, aumentando os beneficiários da proposta, sendo igualmente meritórias e louváveis.

Desta forma, acolho ambas as emendas.

A Emenda nº 13, do Senador Wellington Fagundes, propõe que a carência a ser concedida ao aluno seja referente aos meses por ele escolhidos, deixando assim, o estudante numa melhor condição de se programar.

Desta forma, por considerar a proposta oportuna, meritória e benéfica aos estudantes, acolho a emenda, na forma do substitutivo.

A Emenda nº 14, também do Senador Wellington Fagundes, propõe limitar a cessão de créditos a valor equivalente a doze meses de contrato assinado entre o aluno e a Instituição de Ensino Superior, podendo ser renovada até o término do curso do respectivo aluno.



Tendo em vista que a alteração proposta pelo Senador é benéfica ao trazer mais segurança jurídica na negociação dos contratos, acolho a emenda, na forma do substitutivo.

As Emendas nºs 15, 16 e 17, do Senador Rogério Carvalho, relativas à garantia a ser prestada pela União, apesar de oportunas, louváveis e absolutamente em acordo com a proposta original, infelizmente, devem ser consideradas prejudicadas em razão do acolhimento de emendas para suprimir essa garantia, como veremos adiante.

A Emenda nº 18, também do nobre Senador Rogério Carvalho, que cria a Bolsa Estudantil Emergencial, é benéfica aos estudantes, entretanto, acredito que o tema deva ser tratado com a devida atenção em matéria específica.

Apesar de ser totalmente favorável a incentivos como bolsas e financiamentos para estudantes carentes, acredito que a proposta não esteja dentro da temática da proposição inicial e, apesar do meu apreço, não é possível acolher essa emenda.

A Emenda nº 19, do Senador Jaques Wagner, estabelece que a adoção dos procedimentos previstos não poderá resultar em prejuízo à política de descontos regulares e de caráter coletivo, bem como as modalidades de bolsa com características de desconto, concedidos pela instituição de ensino.

Por compreender que a proposta é meritória, oportuna e melhora o texto original trazendo mais direitos e garantias aos estudantes sem modificar a essência do Projeto, acolho a Emenda do nobre Senador.

As Emendas nºs 20, 21, 22 e 23, do Senador Jaques Wagner, relativas à garantia a ser prestada pela União, devem ser consideradas prejudicadas em razão do acolhimento de emendas para suprimir essa garantia, como veremos adiante.

A Emenda nº 24, do Senador Jaques Wagner, que cria a Bolsa Estudantil Emergencial, é benéfica aos estudantes, entretanto, acredito que o tema deva ser tratado com a devida atenção em matéria específica, conforme citei na análise da emenda de mesmo teor, do Senador Rogério Carvalho, e, desta forma, apesar de reconhecer o esforço do Senador Jaques Wagner, não é possível acolher essa emenda.



A Emenda nº 25, do Senador Fernando Bezerra Coelho, propõe suprimir o art. 11 da proposição, que estabelece a garantia da União para as operações, exatamente por concentrar o risco na União durante o período determinado no Projeto de Lei, com impactos potenciais sobre o endividamento público.

Quero destacar aqui que a ideia inicial proposta pelo Senador Jorginho Mello, vai ao encontro de medidas já adotadas como o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), bem como as Letras de Crédito Imobiliário (LCI).

Essas medidas, por se tratarem de negócio de natureza privada, não devem exigir que a União seja garantidora das operações, especialmente no momento de dificuldade financeira que passaremos nos próximos tempos, fruto da pandemia do Novo Coronavírus.

Desta forma, baseado nas situações semelhantes, onde a União não figura como garantidora do negócio, acolho a Emenda nº 25, do Senador Fernando Bezerra Coelho.

A Emenda nº 26, do Senador Lasier Martins, amplia de três para seis meses o prazo de carência para o pagamento das mensalidades do aluno na hipótese de utilização, por parte da instituição de ensino, do procedimento de cessão e securitização dos créditos a ele respectivo

Embora muito bem fundamentada, essa ampliação no prazo de carência pode vir a inviabilizar a utilização dos mecanismos propostos pelo Projeto de Lei.

Assim, entre a opção de excluir do projeto o benefício de carência aos estudantes, como proposto em Emendas anteriores e a opção de aumentar esse benefício, entendemos que o mais prudente é manter o prazo tal como previsto na proposição, não acolhendo a Emenda nº 26, embora meritória.

A Emenda nº 27, do Senador José Serra, assim como a Emenda nº 25, propõe suprimir o art. 11 da proposição, uma vez que ela tende a favorecer apenas os grandes grupos educacionais, mais estruturados para realizarem a securitização no primeiro momento, bem como pela ausência de limite à garantia, uma vez que a União se tornaria responsável por qualquer montante de dívida privada que venha a ser securitizada nos termos da Lei decorrente do presente projeto.



A destinação de recursos públicos para garantir operações de crédito de um setor específico da economia pode ensejar a demanda de recursos públicos por outros setores econômicos, o que naturalmente é de difícil atendimento pelo Governo Federal.

Nesse caso, é preciso estabelecer prioridades no direcionamento dos recursos do Estado, inclusive observando o impacto socioeconômico derivado das escolhas públicas.

Sabemos que os recursos estatais são limitados e, especialmente em momentos críticos como o da atual pandemia, devem ser direcionados aos mais necessitados e utilizados com grande parcimônia.

Desta forma, acolho a Emenda de nº 27.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.886, de 2020, pela aprovação das Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 a 14, 19, 25 e 27, pela rejeição das Emendas nºs 5, 9 e 10, 15 a 18, 20 a 24 e 26, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº 28 – PLEN (SUBSTITUTIVO)

Dê-se a seguinte redação ao Projeto de Lei nº 1.886, de 2020:

PROJETO DE LEI Nº 1.886, DE 2020

Institui o Certificado de Recebíveis Educacionais (CRE) - Emergencial – em decorrência do estado de calamidade pública pela pandemia de COVID-19.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I – DO CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS EDUCACIONAIS (CRE)

Art. 1º. Fica instituído o Certificado de Recebíveis Educacionais (CRE).

§ 1º Os títulos de crédito de que trata este artigo são vinculados a direitos creditórios originários de negócios realizados entre estudantes, seus responsáveis, empresas e instituições de ensino ou congêneres, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a prestação de serviços educacionais.

§ 2º As instituições de ensino podem utilizar, como lastro de sua emissão, título de crédito representativo de contratos de serviços educacionais firmados com estudantes, seus responsáveis ou empresas, observado que:

I – os títulos devem observar idênticas datas de liquidação, indicar sua mútua vinculação e fazer referência ao cumprimento das condições estabelecidas neste artigo; e

II - o instrumento representativo da operação de prestação de serviços educacionais deve ser dado em garantia ao emissor do CRE.

§3º Para fins da presente Lei, considera-se instituição de ensino qualquer pessoa jurídica, de direito público ou privado, que mantenha ou preste serviços, incluindo de ensino técnico ou profissionalizante, dos seguintes níveis:

I – educação infantil, incluindo creche e pré-escola;

II – ensino fundamental;

III – ensino médio; ou

IV – ensino superior.

§ 4º A utilização dos mecanismos previstos nesta Lei não poderá, em nenhuma hipótese, prejudicar a política de descontos regulares e de caráter coletivo, bem como as modalidades de bolsa com características de desconto, concedidos pela instituição de ensino.

§ 5º Os direitos creditórios a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo não podem ultrapassar o período do contrato entre o aluno e a instituição de ensino.



Art. 2º. O Certificado de Recebíveis Educacionais – CRE é título de crédito nominativo, de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro e constitui título executivo extrajudicial.

Parágrafo único. O CRE é de emissão exclusiva das companhias securitizadoras de direitos creditórios educacionais, nos termos do disposto no § 1º do art. 1º.

Art. 3º. O CRE terá os seguintes requisitos, lançados em seu contexto:

I - nome da companhia emitente;

II - número de ordem, local e data de emissão;

III - denominação "Certificado de Recebíveis Educacionais";

IV - nome do titular;

V - valor nominal;

VI - data de vencimento ou, se emitido para pagamento parcelado, discriminação dos valores e das datas de vencimento das diversas parcelas;

VII - taxa de juros;

VIII - identificação do Termo de Securitização de Direitos Creditórios que lhe tenha dado origem.

§ 1º O CRE adotará a forma escritural, hipótese em que tais títulos deverão ser registrados ou depositados em entidade autorizada a exercer a atividade de registro ou de depósito centralizado de ativos financeiros e de valores mobiliários.

§ 2º O CRE poderá ter, conforme dispuser o Termo de Securitização de Direitos Creditórios, garantia flutuante, que assegurará ao seu titular privilégio geral sobre o ativo da companhia securitizadora, mas não impedirá a negociação dos bens que compõem esse ativo.

CAPÍTULO II – DAS COMPANHIAS SECURITIZADORAS DE DIREITOS CREDITÓRIOS EDUCACIONAIS E DO REGIME FIDUCIÁRIO

Art. 4º. As companhias securitizadoras de direitos creditórios educacionais são instituições não financeiras constituídas sob a forma de sociedade por ações e terão por finalidade a aquisição e securitização desses direitos e a emissão e colocação de Certificados de Recebíveis Educacionais no mercado financeiro e de capitais.



Art. 5º. As companhias securitizadoras de direitos creditórios educacionais podem instituir regime fiduciário sobre direitos creditórios oriundos da prestação de serviços de todos os níveis de educação, inclusive do ensino técnico ou profissionalizante.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo será regido, no que couber, pelas disposições expressas nos arts. 9º a 16 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.

CAPÍTULO III – DA SECURITIZAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS EDUCACIONAIS

Art. 6º. A securitização de direitos creditórios educacionais é a operação pela qual tais direitos são expressamente vinculados à emissão de uma série de títulos de crédito, mediante Termo de Securitização de Direitos Creditórios, emitido por uma companhia securitizadora, do qual constarão os seguintes elementos:

- I - identificação do devedor;
- II - valor nominal e o vencimento de cada direito creditório a ele vinculado;
- III - identificação dos títulos emitidos;
- IV - indicação de outras garantias de resgate dos títulos da série emitida, quando constituídas.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DO CRE

Art. 7º. É facultada a cessão fiduciária em garantia de direitos creditórios educacionais, em favor dos adquirentes do CRE, nos termos do disposto nos arts. 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.

Art. 8º. O CRE poderá conter cláusula expressa de variação do seu valor nominal, desde que seja a mesma dos direitos creditórios a eles vinculados.

Art. 9º. O CRE poderá ser distribuído publicamente e negociado em Bolsas de Valores e de Mercadorias e Futuros e em mercados de balcão organizados autorizados a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Na hipótese do *caput* deste artigo, será observado o disposto na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.



Art. 10. Aplica-se ao CRE, no que forem cabíveis, as normas de direito cambial, com as seguintes modificações:

I - os endossos devem ser completos;

II - é dispensado o protesto cambial para assegurar o direito de regresso contra endossantes e avalistas.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 11. Durante o prazo do estado de calamidade pública decorrente do novo Coronavírus (Covid-19), ficam prorrogadas por três meses as datas de vencimentos dos pagamentos das mensalidades relativas aos alunos que geraram os créditos previstos no art. 1º, § 1º, desta Lei.

Art. 12. As negociações do CRE são isentas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.

Parágrafo único. A isenção prevista neste artigo produz efeitos apenas durante o período previsto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020.

Art. 13. Os rendimentos decorrentes do CRE não se sujeitam à incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) nem integram a base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) do beneficiário.

§ 1º No caso de o beneficiário ser residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida ou ser beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, os rendimentos a que se refere o caput estarão sujeitos à incidência do IRRF calculado à alíquota prevista no art. 8º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se rendimentos quaisquer valores que constituam remuneração do capital aplicado, inclusive o ganho de capital auferido na alienação do CRE.

§ 3º A isenção prevista neste artigo produz efeitos apenas durante o período previsto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020.

Art. 14. Fica o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) autorizado a antecipar os recebíveis das instituições de ensino superior privadas e privadas sem fins lucrativos,



independentemente do valor do faturamento anual, até o valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões) por instituição, durante o período de pandemia, a partir dos recursos aportados no banco de desenvolvimento no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, instituído pela Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020.

§ 1º As operações observarão as mesmas condições, diretrizes e controles estabelecidos no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, introduzido pela Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, inclusive quanto a prazo das operações e taxa de juros, e regulação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

§ 2º As instituições de ensino superior privadas e privadas sem fins lucrativos ficam dispensadas de apresentar Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débito da Previdência Social e Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, para os fins descritos no caput do presente artigo.

Art. 15. Sem prejuízo da adesão ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, as instituições de ensino superior privadas ou comunitárias poderão desenvolver atividades na modalidade remota, à distância ou não presencial, inclusive no contraturno, antecipando ou não a carga horária, durante a vigência da calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, para fins de cumprimento da carga horária mínima semestral ou anual, nos termos definidos pelo sistema de ensino, remunerando os profissionais com base nas horas-aula ministradas.

Art. 16. Cabe ao Conselho Monetário Nacional regulamentar as disposições desta Lei referentes ao CRE, podendo inclusive estabelecer prazos mínimos e outras condições para emissão e resgate e diferenciar tais condições de acordo com o tipo de indexador adotado contratualmente.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala das Sessões,

, Presidente



, Relator



SF/20442.85843-80